

"Silenciosas e combativas" (Paola Cappelin Giuliani) analisa a presença de mulheres na direção de sindicatos rurais no Nordeste (Pernambuco e Paraíba, sobretudo). Elas ocupam em geral cargos intermediários (secretária, tesoureira) com funções administrativas ou de caráter assistencial (uma extensão de seu papel na família). É a partir desses patamares que adquirem prestígio ou liderança para alcançar os cargos mais altos (presidente ou vice), mas também podem chegar lá através de ligações familiares ou da atuação em outras instituições (geralmente ligadas à Igreja). Embora todas se preocupem com os direitos dos associados, são poucas as que assumem posturas reivindicativas que extrapolam o papel assistencial ou de prestação de serviço à comunidade. Outros estudos sobre a participação em sindicatos urbanos poderiam fornecer dados para uma análise comparativa. O terceiro estudo regional é sobre as comunidades Terena no Mato Grosso do Sul e as mudanças do papel feminino numa situação de intenso contato entre essa cultura indígena e a nossa. Entre esses índios originários do Chaco, as mulheres detinham uma posição igualitária perante os homens, em virtude de sua significativa contribuição econômica para a tribo através do artesanato. Essa posição não parece ter decaído sensivelmente, pois, apesar do remanejamento das funções de cada sexo diante de novas condições de sobrevivência, a participação das mulheres não diminuiu.

Nesse quadro tão diversificado, algumas ausências podem ser assinaladas: não há qualquer estudo sobre a mulher como produtora de bens culturais ou espirituais (na arte, na ciência e na religião), sobre sua participação na política ou nos movimentos feministas mais recentes. E há também uma quase-ausência: com exceção de um estudo (que será publicado no próximo número destes Cadernos, "O homem na matrifocalidade", de Russell Parry Scott), todos os outros são de autoria de mulheres. A participação masculina nos quatro concursos realizados desde 1978 nunca ultrapassou os 14%. Assim, parece que se justifica o temor de algumas pesquisadoras, pois os estudos sobre mulher, que deveriam fertilizar o conjunto das ciências sociais, aqui correm o risco de se transformarem num novo gueto feminino. Apesar disso, sua contribuição para a mudança, quer através do fornecimento de dados mais acurados sobre a situação presente e passada, quer através da legitimação das reivindicações, não pode ser subestimada.

Maria Carneiro da Cunha

FAMÍLIA: REPRESENTAÇÃO E COTIDIANO; reflexão sobre um trabalho de campo

LUCILA R. BRIOSCHI e MARIA HELENA B. TRIGO
São Paulo, CERU — Centro de Estudos Rurais e Urbanos/USP, 1989 (Textos — nova série, 1)

É sempre gratificante constatar como, a partir de encontros informais entre estudiosos de diferentes disciplinas interessados em um tema comum, podem surgir boas idéias. O livro de Brioschi e Trigo é um claro exemplo de que o amadurecimento do trabalho intelectual passa tanto pela consistência do pensamento teórico e constante reflexão metodológica quanto pela profícua troca de idéias e de experiência que, felizmente, constitui a marca de alguns momentos da vida acadêmica. Esse parece ter sido o caso dos seminários mensais do GT *Família e Sociedade*, da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), no período 1983/85. As próprias autoras revelam, logo no início do livro, que sua preocupação com o conhecimento substantivo da noção de família adveio não só de seus respectivos trabalhos anteriores, mas, principalmente, das discussões travadas durante esses seminários, quando o confronto entre antropólogos, demógrafos, sociólogos, historiadores propiciou uma ampla discussão conceitual e evidenciou o quanto este campo de estudos mobiliza conteúdos emocionais e coloca a subjetividade do pesquisador em evidência.

Voltadas especificamente para a relação mulher e família e descartando versões ideologizadas da literatura sobre esse tema, que ora assumem, como pressuposto indiscutível, a submissão da mulher ao mundo familiar, ora encaram a família como "empecilho ao pleno desenvolvimento das potencialidades femininas e à conquista da sua cidadania", dedicam-se a apreender as maneiras como as pessoas percebem, contam e vivem suas experiências familiares.

Procurando fundir essas preocupações com outras de cunho metodológico, voltadas para o uso de métodos e técnicas qualitativas para o estudo do social, as autoras analisam as representações sobre família elaboradas por quatro grupos de mulheres de duas classes sociais e de duas gerações distintas. São mães e filhas, em famílias de trabalhadores e de empresários que, através da metodologia do discurso livre sobre um aspecto selecionado de suas

vidas, falam do que entendem por família e do que pensam sobre ela. Nesse sentido, há uma certa impropriedade no título, na medida em que o foco central do trabalho é antes a representação sobre o conceito de família, do que sobre o cotidiano das entrevistadas.

Ancoradas nas noções teóricas propostas por Bourdieu, de *habitus* e de *campo*, Brioschi e Trigo revelam extrema cautela e seriedade, seja na reflexão sobre os dados recolhidos, seja na avaliação crítica do próprio método utilizado. Defendem a técnica do relato de vida como método histórico e dinâmico. Assumem a situação relacional no momento da entrevista. Criticam a análise do discurso como coisa e a reificação da narração, procedimento não pouco freqüente na pesquisa sociológica atual. Pena que a ênfase excessiva na defesa do método desloque o foco central do texto, que assume por vezes ares de manual de metodologia. Felizmente, porém, a interpretação dos discursos é suficientemente hábil para envolver novamente o leitor. Uma das constatações com as quais este se depara é que algumas representações sobre a identidade feminina são comuns às várias classes sociais. O destino da mulher está obrigatoriamente vinculado às funções de mãe. O casamento é o rito mágico que vai permitir a passagem, no campo das relações sociais, da posição de filha para a de dona de casa, com poderes instituídos. No caso das filhas,

o discurso, pleno de ambivalências e contradições, parece ser próprio do período de transição que vivenciam.

A retradução dessas representações em cada segmento social assume, contudo, contornos diversificados. Assim, se para a trabalhadora o casamento é visto como solução para a precariedade material em que vive, na classe dominante este rito social confunde-se com a idéia de aliança e reprodução. Da mesma forma, se para as jovens de classe alta a tarefa primordial da mulher — à qual qualquer pretensão profissional deve ser conciliada — é cuidar dos filhos e o "capital" escolar é apenas uma garantia em caso de separação, as da classe trabalhadora revelam uma preocupação central com a melhoria de suas condições de vida. Adiar o casamento, controlar a natalidade e estudar são estratégias adotadas na busca desse objetivo. Mas nos discursos das jovens de ambas as camadas sociais reivindica-se um novo relacionamento conjugal, com alteração na divisão de tarefas. O que está em jogo, porém, em todos os discursos analisados, é a adaptação das estruturas familiares a novas conjunturas sociais e não uma alteração profunda na família, pensada como uma instituição duradoura que, ao incluir a parentela, extrapola o domicílio e o próprio núcleo conjugal.

Cristina Bruschini